

VOLUME XLV — N.ºs 1 e 2

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



2 0 0 4



Coimbra Editora

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
XLV — N.ºs 1 e 2 - 2004

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente - PROF. DOUTOR MARTIM DE ALBUQUERQUE
Vogais - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA
- PROF. DOUTOR CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL
- PROF. DOUTOR EDUARDO PAZ FERREIRA
- PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO (Secretário)
- MESTRE MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO
- MESTRA ISABEL ALEXANDRE

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 21 798 4600 — Telecópia 21 795 0303

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO



COIMBRA EDITORA, LIMITADA

Rua do Arnado — Apartado 101 — 3001-951 Coimbra — Portugal
Telef. 239 85 2650 — Fax 239 85 2651

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Setembro de 2005

I Doutrina

<i>Jean-Claude Gautron</i> — <i>Traité ou Constitution?</i>	9
<i>Etienne Cerexhe</i> — <i>La citoyenneté européenne: origine et perspectives</i>	27
<i>Carlota Pizarro de Almeida</i> — <i>Exclusões formais, exclusões materiais</i> — <i>O lugar do outro; discriminações contra imigrantes</i>	37
<i>Jorge Ribeiro Mendonça</i> — <i>A tomada de sociedade através de oferta</i> <i>pública de aquisição</i>	47
<i>André Gonçalo Ferreira de Pinho Teixeira dos Santos</i> — <i>O dever de</i> <i>agir nos crimes omissivos impróprios: breve análise crítica de alguns</i> <i>casos</i>	83
<i>Joana Albernaz Delgado</i> — <i>Os requisitos da fundamentação do acto admi-</i> <i>nistrativo e a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo</i>	151
<i>Elizabeth Accioly</i> — <i>O atual mecanismo de solução de controvérsias no</i> <i>Mercosul: o Protocolo de Olivos</i>	205
<i>Hidemberg Alves da Frota</i> — <i>O princípio da supremacia do interesse</i> <i>público no Direito Positivo Comparado: expressão do interesse geral</i> <i>da sociedade e da soberania popular</i>	229
<i>Basílio Horta</i> — <i>A reforma da regulamentação</i>	251
<i>Louis Favoreu</i> — <i>Les Cours de Luxembourg et de Strasbourg ne sont</i> <i>pas des cours constitutionnelles</i>	273
<i>Louis Favoreu</i> — <i>Pour en finir avec la “Théorie” des actes de gouver-</i> <i>nement</i>	285
<i>Jorge Miranda</i> — <i>Notas sobre a renúncia do Presidente da República</i> ...	295
<i>Diogo Costa Gonçalves</i> — <i>Erro-obstáculo e erro-vício — Subsídios para</i> <i>a determinação do alcance normativo dos artigos 247.º, 251.º e 252.º</i> <i>do Código Civil</i>	309

II Trabalhos de alunos

<i>Tânia Luísa F. e Faria</i> — <i>Mar português — Panorâmica geral dos espa-</i> <i>ços marítimos submetidos à jurisdição portuguesa, de Haia a Montego</i> <i>Bay</i>	403
---	-----

<i>João Teixeira Freire</i> — A contratualização do conteúdo do plano urbanístico — Reflexões em torno dos chamados acordos de planeamento entre os municípios e os particulares.....	423
---	-----

III Vida Universitária

<i>Ruy de Albuquerque</i> — Lâurea académica para o Prof. Doutor Manuel Fraga Iribarne.....	443
<i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre o relatório de actividade científica e pedagógica do Doutor Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da Silva respeitante ao quinquénio de 1999 a 2004.....	449
<i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre o relatório da actividade científica e pedagógica da Doutora Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia respeitante ao quinquénio de 1999 a 2004.....	453
<i>Jorge Miranda</i> — No Doutoramento <i>Honoris Causa</i> do Professor Louis Favoreu.....	457
<i>Jorge Miranda</i> — Na atribuição do título de Professor Honorário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.....	461
<i>Manuel Januário da Costa Gomes</i> — Projecto de implementação da menção “Administração Pública” na licenciatura em Direito na Faculdade de Direito de Bissau e reforma do plano de curso — Breve exposição de motivos.....	467
<i>Cristina Faria</i> — Análise orgânico-funcional da Faculdade de Direito de Lisboa (1913-1952).....	485
<i>Martim de Albuquerque</i> — Cerimónia na apresentação do livro de estudos em homenagem ao Professor Raúl Ventura.....	507
<i>J. Oliveira Ascensão</i> — Evocação de Raúl Ventura.....	509
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — Portugal, o Brasil e os sistemas de integração (A propósito do livro “Sistemas de Solução de Controvérsias em Blocos Económicos”, da Professora Elizabeth Accioly.....	513
<i>Jorge Miranda</i> — Crise da lei ou crise do Estado?.....	517
<i>Jorge Miranda</i> — Problemas actuais das Universidades portuguesas.....	523
<i>Jorge Miranda</i> — Sobre a aplicação da “Declaração de Bolonha” às Faculdades de Direito.....	537
<i>Jorge Miranda</i> — Na homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes.....	551
Prémios a instituir pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.....	553

Razões justificativas da manutenção da Faculdade de Direito de Lisboa..	555
Avaliação das Universidades.....	569
Acta n.º 6/2004 da reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	571
Acta n.º 9/2004 da sessão plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	577
Acta n.º 11/2004 da reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	589
Homenagem ao Prof. Doutor António Luciano Pacheco de Sousa Franco...	597
<i>Jorge Miranda</i> — António de Sousa Franco.....	601
<i>Cardeal D. Alexandre do Nascimento</i> — Prof.ª Doutora Isabel Maria Magalhães Collaço — <i>In Memoriam</i>	605
<i>Sérvulo Correia</i> — Falecimento da Professora Magalhães Collaço.....	609
Extrato de Deliberação de 23 de Junho de 2004.....	611
Extrato de Deliberação de 2 de Novembro de 2004.....	613
<i>Dário Moura Vicente</i> — Isabel de Magalhães Colaço.....	615
Falecimento da Sr.ª Professora Doutora Isabel Maria de Magalhães Collaço.....	617
Voto de pesar na Assembleia da República pelo falecimento da Professora Doutora Isabel Maria de Magalhães Collaço	619

VOTO DE PESAR NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PELO FALECIMENTO DA PROFESSORA DOUTORA ISABEL MARIA DE MAGALHÃES COLLAÇO

Isabel Maria Moreira de Almeida Tello de Magalhães Collaço, professora catedrática jubilada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, faleceu. Com ela desaparece um dos espíritos mais brilhantes do Direito e, sem ela, fica bem mais pobre a Academia portuguesa.

Em 1948, concluiu a licenciatura em Direito com a muitíssimo rara classificação de 19 valores. Não era, no entanto, ainda o tempo em que a Faculdade considerava que o destino de uma Mulher, mesmo tão talentosa, podia ser a carreira académica, e foi depois de um percurso exterior ao ensino, e da obtenção de uma bolsa, que pode ter as condições que lhe permitiram concluir, em 1954, de forma igualmente brilhante, o doutoramento em Ciências Jurídicas.

Tornou-se, assim, na primeira Mulher portuguesa Doutora em Direito, e a seguir, só a seguir a isso, na primeira Mulher que leccionou na Faculdade de Direito de Lisboa.

A Professora Magalhães Collaço formou nessa Faculdade gerações de juristas portugueses, que ficaram marcados pelo seu imenso saber, pela inteligência fulgurante, pelo rigor que exigia aos outros depois de o exigir a si própria. Nessa Faculdade também completou todos os passos da carreira académica, granjeando por exclusivo mérito seu o profundo respeito e a maior admiração de colegas e alunos.

Era uma especialista, por todos reconhecida, em Direito Internacional Privado, a sua disciplina de eleição. No entanto, o seu profundo saber jurídico ia muito além, e regeu também Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil, Direito da Família, Direito Comparado, Direito das Comunidades Europeias, Direito do Comércio Internacional e Direito Processual Civil Internacional.

Isabel Maria de Magalhães Collaço foi sobretudo professora e pedagoga. Mas o seu imenso talento deixou marcas em muitos outros domínios, de que se salientam apenas alguns.

Participou inúmeras vezes, desde o momento da sua licenciatura, a nível internacional, em negociações bilaterais e em conferências multilaterais, tendo nomeadamente representado o Governo Português no âmbito da Conferência da Haia

de Direito Internacional Privado e na Conferência Diplomática de Genebra e integrado a direcção do “Institut International pour l’Unification du Droit Privé” e a “Commission on European Contract Law”.

Emprestou o seu prestígio e valiosa contribuição à Comissão de Reestruturação da Faculdade de Direito (1976-1978), que presidiu, a qual devolveu à escola credibilidade e rigor depois do período revolucionário. Logo a seguir, foi eleita Presidente do Conselho Directivo e, mais tarde, foi Presidente do Conselho Científico.

Em 1976 e 1977, presidiu à Comissão de Revisão do Código Civil de 1966, para o tornar compatível com a Constituição, tarefa em que foram decisivas a sua autoridade e a marca de elevadíssima qualidade técnica e de exigência.

Foi membro do Conselho de Estado em 1974-1975 e, por eleição da Assembleia da República, da Comissão Constitucional, entre 1976 e 1979.

Era autora de inúmeros textos publicados, sobretudo no domínio do Direito Internacional Privado.

Gostava da discricção e fugia a homenagens e a honras. Mas nunca se furtava a uma boa discussão jurídica e ficaram célebres as suas intervenções em sessões e em júris de provas académicas.

Antes do 25 de Abril, era conhecida na Faculdade a sua intolerância para com os abusos policiais sobre os estudantes, que sempre defendia. Depois, participou, de forma entusiasta, dentro e fora da Universidade, no estabelecimento de uma ordem a um tempo democrática e de cultura de exigência e rigor. Nunca quis o palco e sempre privilegiou o estudo, a Academia, a investigação e o ensino.

Portugal deve-lhe muito. Devem-lhe muito os juristas, para quem é uma referência na sua formação. Deve-lhe muito a democracia, que cultivava de forma exigente.

Era suficientemente generosa para, tendo sido discriminada no seu percurso académico, ter reconhecido aos seus pares a aceitação de si própria como igual. E estava, seguramente, entre os melhores de todos.

A Assembleia da República curva-se respeitosamente perante a sua memória e apresenta o seu pesar à Família da Professora Isabel Maria de Magalhães Collaço e à Universidade de Lisboa.

Palácio de São Bento, 17 de Novembro de 2004.

Os Deputados